
Editorial

Apresentação do Dossiê Foucault

Desde a década de 70, época em que Michel Foucault proferiu várias palestras no Brasil, o interesse por sua obra tem crescido continuamente, sobretudo com a influência da *Teoria Francesa*¹ na América do Norte e na América Latina. Atualmente, o estudo do seu pensamento experimenta renovada projeção em virtude da publicação de diversos inéditos (cursos, manuscritos, etc.), e do acesso a seus arquivos pessoais (contendo notas de leitura, e correspondência). A relevância filosófica da sua obra na atualidade parece indiscutível, dada a influência que exerce sobre vários autores de destaque da contemporaneidade, como Judith Butler, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, entre outros. O objetivo deste Dossiê consiste em oferecer uma contribuição ao panorama da pesquisa internacional recente so-

bre Foucault, tanto no que toca a exegese crítica da obra quanto aos debates que ela continua a provocar, e os possíveis cruzamentos para se pensar a ontologia do “nosso” presente.

A parte exegética deste Dossiê insiste na dimensão pós-marxista de Foucault, e na busca de uma nova racionalidade prática, talvez de uma nova definição da liberdade subjetiva, que permitisse justificar as revoltas na sua diversidade, desde as contracondutas mais íntimas até as insurreições mais coletivas.

O artigo de Julien Pallotta² investiga as relações complexas e pouco conhecidas de Foucault com Althusser, defendendo que, só a partir de uma minuciosa reconstituição da discussão relativa ao conceito de “aparelho ideológico de Estado”, se pode entender a verdadeira natureza

¹Cf. CUSSET, François. *French Theory, Foucault, Derrida, Deleuze et Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux Etats-Unis*. Paris: La Découverte, 2003.

²Tradução de "L'effet Althusser sur Foucault: de la société punitive à la théorie de la reproduction". In: LAVAL, Christian; PALTRINIERI, Luca; TAYLAN, Ferhat (Org.). *Marx et Foucault: Lectures, usages, confrontations*. Paris: La Découverte, 2015, p. 129-142.

da investigação de Foucault. De fato, *Vigiar e Punir* não é apenas uma história da prisão, ou da penalidade moderna, mas sobretudo uma tentativa pós-marxista de analisar as relações de poder responsáveis pelo nascimento do capitalismo, através de uma normatização da força de trabalho por algumas instituições sociais.

No artigo “Objetivação e Poder: Das ‘Práticas Divisoras’ do Sujeito à ‘Crítica’ em Michel Foucault”, Jorge e Aline Rocha investigam nas formas de objetivação do sujeito as “práticas divisoras” (responsáveis pelas oposições: louco/normal, doente/saudável, criminoso/“gentil”, pai/filho, homem/mulher, etc.), a fim de destacar o desenvolvimento de uma filosofia crítica em Foucault. Segundo os autores, o saber-poder tende à objetivação dos sujeitos, privando-os de uma liberdade de ação que só podem recuperar através de uma atividade de pensamento crítico. Como mostra a análise dos escritos de Foucault sobre “A vida dos homens infames”, o poder, guiado por certo saber individualizado, é capaz de se inserir na vida íntima das pessoas, até no detalhe dos seus

gestos mais finos, que são vigiados. E, então, a dimensão fundamental da crítica (em particular, mas não exclusivamente filosófica) que prepara o enfoque ulterior de Foucault sobre as possíveis reações dos indivíduos, as subjetivações que os libertam dos assujeitamentos.

Herilson Silva Costa, em “O Lugar das Contracondutas na Genealogia Foucaultiana do Governo”, analisa os fenômenos de resistência e rebelião apresentados por Michel Foucault no curso de 1978 – *Sécurité, Territoire, Population*. O exame do pastorado cristão e das reações a esta forma de poder caracterizada pela condução da vida, que o Estado moderno recupera, permite redefinir o poder como práticas de governo. São as contracondutas o indício da liberdade numa filosofia que nunca fala dela, ao contrário de Kant e Sartre, por exemplo? De fato, elas aparecem como ações ético-políticas que fundam a “atitude crítica” da modernidade. Podemos caracteriza-las como “lutas desassujeitadoras”, que permitem aos indivíduos desviar das normas impostas, recuperar sua sub-

stância moral e escolher outras experiências possíveis, inventando a sua personalidade, isto é, se subjetivando de maneira alternativa.

Nelson Fernando analisa um episódio famoso do percurso intelectual de Foucault, mas frequentemente criticado e objeto de várias simplificações e até de caricaturas. Nos artigos em torno da revolução iraniana de 1978 e 1979, Foucault valoriza paradoxalmente um movimento político que vira as costas à modernidade política e à racionalidade ocidental. Nelson Fernando sublinha a relação subjacente entre as investigações da época sobre o “poder pastoral” e a revolta iraniana, como também o esforço do filósofo francês para destacar as noções de “subjetivação ética” coletiva e de “espiritualidade política” antiestratégica, que se enraíza no misticismo xiita. O que estava em jogo nessa revolução era algo que resistia à individualização e aos procedimentos de controle do governo central do Xá, uma forma original de subjetividade resistente, que surge numa ruptura do tempo, um espírito de levante, irreduzível à luta de classe marxista.

Por fim, Bruno Alonso arrisca um paralelo entre Foucault e Montaigne, no que toca às relações entre “cinismo e parrésia”. Por ser de publicação recente, as últimas aulas de Foucault no *Collège de France* ainda não são bem conhecidas. A influência e as reservas críticas de Pierre Hadot sobre Foucault, em torno da dimensão *vivida* da filosofia antiga, e em particular do estoicismo, são famosas. Mas, faltam ainda estudos aprofundados da relação de Foucault com o cinismo, uma escola que o filósofo francês quis colocar no centro do seu novo (planejado, mais nunca efetuado) ciclo de livros sobre a “História das formas de verdade”. É a partir de Montaigne que Foucault tenta novamente questionar a modernidade, caracterizada por uma orientação mais teórica e dogmática da sabedoria do que na filosofia antiga. Montaigne se torna assim o revelador do que sobra do cinismo da época do Renascimento, e o pivô para deslocar a modernidade e dar outra orientação ética e política possível ao nosso presente.

O Dossiê apresenta também alguns debates que a filosofia de Foucault continua a provocar. A explicitação das críticas e objeções a Foucault permitem testar a obra, para saber se ela tem a coerência que reivindica.

No artigo “A partir de onde fala Foucault?”, Otavio Ventura enfrenta a questão da legitimidade de uma fala que não se guia pela norma da verdade. Qual é o lugar lógico desse discurso filosófico? Como entender um pensamento que se pretende crítico, mas nega ser filosofia, ciência social ou história? Pode ser coerente uma crítica que vira as costas para a epistemologia e privilegia um método arqueológico? Para Foucault, não se trata mais de saber se certo discurso é verdadeiro ou falso, mas porque aparece tal discurso em vez de nada. Seria, no entanto, viável essa abordagem dos discursos de saber pela ontologia e não pela epistemologia? Por causa da dissociação que fazia entre linguagem e verdade, Foucault parecia entender que a natureza infinita da linguagem apagaria qualquer sistema de referências e se tornaria, então, ficção. Daí a hipótese desse artigo de

compreender Foucault, não a partir de eventuais posicionamentos fixos, mas em seus incessantes e propositais deslocamentos.

Em “Liberdade, Crítica e Política”, Elton Bandeira reconstrói o debate de Foucault com Habermas, insistindo na coerência do pensador francês, a partir de uma leitura cursiva da sua obra. Apesar de haver certa proximidade entre os dois autores e, em particular, do fato de Foucault reivindicar sua proximidade com a Escola de Frankfurt, existe uma forte disputa em torno da natureza da linguagem, e talvez do problema da sua auto-referencialidade. De fato, além das denúncias de criptonormativismo, presentismo, parcialidade e relatividade, Habermas fundamentalmente acusa Foucault de buscar, em uma suposta pretensão de plena objetividade historiográfica, uma comunicação absolutamente transparente. Foucault, por outro lado, aponta em Habermas uma tentativa de dissolver as relações de poder em uma utópica comunicação perfeita. Da consistência de Foucault nas suas posições quanto à normatividade, verdade, liberdade e

crítica, o autor do artigo infere a fecundidade de seu legado para uma reflexão prática e situada sobre nós mesmos.

No artigo “Sobre o ‘Colocar em Questão’ na Filosofia de Foucault”, Jefferson Cassiano questiona uma clássica interpretação de Foucault, segundo a qual ele teria simplesmente retomado o kantismo, historicizando o transcendental, e recuperado o projeto de uma fenomenologia transcendental. O autor aponta os limites dessa leitura de Béatrice Han, mostrando que Foucault buscava muito mais questionar radicalmente as próprias questões recebidas de Kant (Quais são as condições de possibilidade da experiência? O que posso saber? O que é o homem?). A ambição do pensamento crítico de Foucault aparece no seu esforço de não simplesmente historicizar a resposta de Kant, mas também as próprias perguntas. Observa-se, portanto, uma dupla referência à obra de Kant, enquanto epistemólogo e investigador da “ontologia de nós mesmos”, como o que garante a coerência da obra de Foucault.

Finalmente, o Dossiê apresenta algumas tentativas de apropriações. O que fazer de Foucault hoje? Como utilizar os seus conceitos para enfrentar a análise do nosso presente? Dois artigos tentam cruzamentos com o pensamento de outros autores. A filosofia contemporânea também se fortalece dessa mescla.

Itamar Veiga propõe reler *A arqueologia do saber* à luz de preocupações recentes: o que essa obra pode nos ensinar sobre os “Sistemas de Formação” discursivos e os “Sujeitos Falantes” do Século XXI? Nessa adaptação do pensamento de Foucault, o autor aproxima o filósofo francês do pensador alemão de origem coreana, Byung-Chul Han. O objetivo é aprofundar Foucault, retomando sua inspiração original, a fim de aplicá-la *mutatis mutandis* às condições de hoje. Em outras palavras, pergunta-se pela atualidade do método arqueológico para pensar as novas normas que se aplicam ao imperativo do desempenho, pelo qual cada indivíduo se autoexplora? Para responder a isso, é preciso esclarecer minuciosamente o método arqueológico (e o papel dos conceitos de estratégias, sistema de formação e

de práticas discursivas), e reconstituir a teoria do discurso sobre a qual se apóia. Em seguida, o autor considera os sistemas de formação como sistemas de dispersão e os aproxima com as práticas comunicativas atuais. Ele sublinha assim a constituição de um panóptico digital aperspectivístico (psicopoder), no qual cada um possui a tarefa de mostrar as suas competências, administrar os seus perfis, e se responsabilizar por ser “produtivo”.

Finalmente, Victor Galdino Alves de Souza, no seu artigo “Por uma Ontologia Crítica do Imaginário”, tenta um outro gesto de apropriação muito pessoal de Michel Foucault. Ele apresenta a idéia geral de uma ontologia crítica do imaginário, inspirando-se no primeiro texto publicado por Foucault, pouco conhecido e comentado: a introdução à tradução francesa de *Traum und Existenz* de Ludwig Binswanger.

O autor audaciosamente aproxima o esforço de Foucault em vista de uma “antropologia da imaginação” do conceito de “mundo imaginal” da escola Iluminacionista na filosofia islâmica persa do século XII: a imagem deve ser pensada menos como representação, ou alusão a alguma coisa, do que como algo a ser experimentado em si, implicando um espaço a ser ativamente navegado. O autor se apoia, em seguida, sobre um conceito de “partilha da imaginação”, livre adaptação do trabalho de Jacques Rancière em torno do sensível, para designar algo que temos em comum, mas que não é radicalmente nosso, e convoca também outros pensadores (Chiara Bottici, Cornelius Castoriadis) a fim de desenvolver reflexões estimulantes em torno da organização social e do governo do imaginário na sociedade atual, na época do triunfo neoliberal.

Philippe Claude Thierry Lacour

(Organizador do *Dossiê*)

* * *

Além dos trabalhos que compõem o *Dossiê*, o presente número também conta com outras contribuições recebidas em fluxo contínuo.

(1) Vital Celestino Alves, professor da SEED-DF, discute o problema da corrupção política a partir das obras *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *História de Florença* de Maquiavel. A fim de refletir sobre os riscos da corrupção política para o regime republicano, analisa a definição maquiaveliana de república e sua íntima ligação com a noção de liberdade política.

(2) Em seu *Heidegger, Leitor de Lutero: A Busca por uma Vida Cristã Originária e o Problema do Pecado*, Eric Ewans Mendes, mestre em filosofia pela UFMT, busca analisar a relação de Heidegger com o cristianismo. Para tanto, após expor as razões para a migração de Heidegger do Catolicismo para o Protestantismo, se ocupa da influência que Lutero exerceu sobre o filósofo de Freiburg no tratamento de duas importantes questões teológicas: a busca por uma vida cristã originária, e o problema do pecado.

(3) Wagner de Barros, doutor em filosofia pela UFSCAR, propõe mostrar que a distinção que Kierkegaard e Wittgenstein estabelecem entre as narrativas histórica e religiosa permite afirmar que ambos defendem não só um abismo entre razão e fé, mas também a impossibilidade de encontrar nas demonstrações e provas históricas uma forma de justificar a crença religiosa.

(4) "Normatividade e Justificação na Reflexão Ética de Wittgenstein", artigo de Roberto de Almeida Pereira de Barros, professor da Faculdade de Filosofia da UFPA, aborda o desdobramento da consideração wittgensteiniana da normatividade lógica em uma reflexão sobre as dificuldades de justificação da normatividade moral.

(5) Por fim, André Luis Muniz Garcia, professor do Departamento de Filosofia da UnB, nos apresenta a tradução do importante artigo de Claus Zittel, *Éticas Esteticamente Fundadas e a Filosofia de Nietzsche*.

Gostaríamos de aproveitar o ensejo para agradecer a todos os autores, por terem honrado a nossa *Revista* com as suas produções,

bem como aos membros do corpo editorial, avaliadores, editores e leitores de provas, pela fundamental colaboração na confecção da presente edição.

Os Editores